

FINAL EVALUATION

**ESTABLISHMENT OF PRIVATE NATURAL
HERITAGE RESERVES (RPPNS) IN THE
BRAZILIAN CERRADO**

BRA/00/G35

Aline Tristão Bernardes
Outubro de 2006

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	3
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. ESTRUTURA DO PROJETO.....	8
3. RESULTADOS E CONCLUSÕES	10
4. LIÇÕES APRENDIDAS.....	20
5. RECOMENDAÇÕES.....	22
ANEXOS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

LISTA DE SIGLAS

GEF	Global Environment Facility
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização não governamental
PNCV	Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
UC	Unidade de Conservação
UNDP	United Nations Development Programme
PNGSV	Parque Nacional Grande Sertão Veredas
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

SUMÁRIO EXECUTIVO

Desde a criação da primeira área protegida tal qual definem-se hoje, o Parque Nacional de Yosemite nos Estados Unidos, em 1872, milhares de quilômetros quadrados têm sido destinados à conservação, quase sempre por decisão dos órgãos governamentais. No entanto, o crescimento populacional e o resultante aumento da demanda por bens e serviços ambientais, além da redução dos orçamentos públicos destinados à conservação da natureza, têm limitado cada vez mais a criação de áreas protegidas públicas.

Nesse contexto, as áreas naturais protegidas estabelecidas em terrenos privados vêm se constituindo como uma importante ferramenta complementar aos esforços públicos para proteção da biodiversidade. Muitos autores têm demonstrado a importância de se implementar reservas privadas no entorno de Unidades de Conservação, seja formando zonas de amortecimento ou corredores ecológicos (ALDERMAN, 1994; LEES, 1995; LANGHOLZ, 1996, 1999; MESQUITA, 1999).

O programa nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) apóia a criação e a manutenção de reservas privadas. Neste programa, os proprietários rurais requerem voluntariamente que a totalidade ou parte das suas terras seja reconhecida como patrimônio natural preservado, que será objeto de proteção permanente. O programa RPPN é hoje aplicado ao nível nacional, estadual e municipal. Estas estratégias e mecanismos de incentivo têm prestado uma contribuição fundamental para os esforços de proteção da biodiversidade do país. Constituem também estratégias válidas de criação de corredores ecológicos, uma vez que mais de 80% das áreas desses biomas que merecem ser protegidos são de propriedade privada (MMA, 1998). Aspectos importantes residem no fato de que, após a criação de uma reserva particular, a mesma mantém esse estatuto mesmo que mude de proprietário, por sua característica de perpetuidade.

A declaração oficial de áreas protegidas em propriedades particulares, permanecendo as mesmas na posse e no domínio de seus proprietários, adquire diferentes contornos no tempo e no espaço. No Brasil, a *Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN* parte do princípio democrático da manifestação expressa de vontade do proprietário, onde a "*vontade de proteger*" é o ponto de partida e o início do procedimento que culmina na criação de uma RPPN. O documento legal que criou as RPPN's é bem claro: sua destinação não pode ser outra senão a de proteção integral dos recursos, admitindo-se, neste contexto, a prática do turismo ecológico, a educação ambiental e a educação científica.

O Projeto *Establishment of Private Natural Heritage Reserves (RPPNs) in the Brazilian Cerrado* (UNDP/GEF - BRA/00/G35) foi proposto pela organização não governamental Fundação Pró-Natureza – FUNATURA com o objetivo principal de contribuir com a conservação da biodiversidade do bioma Cerrado através do apoio à criação e estabelecimento de RPPNs no entorno ou em áreas adjacentes de dois Parques Nacionais: Grande Sertão Veredas e Chapada dos Veadeiros, localizados nos Estados de Minas Gerais e Goiás, respectivamente.

A instituição se mostrou elegível à apresentação da proposta por seu histórico de implantação e desenvolvimento de projetos de conservação ambiental nessas regiões, incluindo a realização de projetos para criação de reservas privadas. Particularmente ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a FUNATURA tem estado envolvida desde o início da proposição da área protegida e, atualmente, desenvolve a atividade pioneira de co-gestionar esta unidade em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA.

O Projeto em questão foi desenhado originalmente para ser executado no período de 3 anos, iniciando-se em 2001. No entanto, as atividades previstas se estenderam até o final de 2005.

De forma geral, o Projeto atingiu, de maneira satisfatória, os objetivos propostos originalmente. Foram criadas e estabelecidas 7 RPPNs, sendo 5 no entorno e adjacências do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros e 2 adjacentes ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Foram desenvolvidas atividades de mobilização e disseminação do instrumento RPPN – através de eventos de capacitação e de atividades culturais e produzidos os documentos técnicos de apoio ao manejo destas áreas. Foram elaborados e produzidos sete relatórios para Avaliação Ecológica Rápida das áreas protegidas propostas que subsidiaram a realização dos Planos de Manejo. Em adição, foi realizada uma Avaliação Ecológica de uma RPPN localizada no entorno do PN Chapada dos Veadeiros, a RPPN Campo Alegre.

A análise do Projeto demonstrou que o foco principal foi a criação e o apoio às RPPNs através de subsídios técnicos e de instalação de infra-estrutura básica de apoio a atividades turísticas e de pesquisa. As 7 RPPNs criadas totalizam 2.263,07 hectares.

Os dois conjuntos de RPPNs criados – entorno de PNGSV e PNCV são distintos em sua natureza de vocação e pretensão de uso por seus proprietários. As duas RPPNs criadas no entorno do PNGSV são unidades de conservação que podem servir como base para realização de pesquisas sobre biodiversidade do Cerrado, tanto pela localização, como também pela sede da RPPN Arara Vermelha, reformada com apoio do Projeto. As 4 RPPNs adjacentes ao PNCV possuem grande potencial para desenvolvimento de atividades de ecoturismo, já em andamento em duas delas. A menor de todas a RPPN Varandas da Serra é importante no contexto de replicação da ferramenta na região para conservação do Cerrado. A última RPPN criada – Parque Capetinga não está localizada no entorno imediato do Parque, mas possui extrema importância para conservação do Cerrado em área de expansão agrícola, além de seu tamanho significativo – 1.500 hectares.

No entanto, mecanismos que garantam a sustentabilidade das áreas como planos de negócio – para ecoturismo e planejamento de atividades científicas, não foram enfatizados. A não capacitação dos proprietários na gestão ambiental e na implementação dos Planos de Manejo corrobora este fato e podem comprometer a sustentabilidade das UCs.

Em um processo replicável de Projeto é necessário que o desenho do mesmo integre ações complementares para identificação de áreas prioritárias dentro de um território conhecido, mecanismos de fortalecimento institucional, de empoderamento e de formação de parcerias

locais para divulgação e consolidação das ações e de monitoramento das atividades propostas durante o período de execução do Projeto.

Este relatório avaliativo apresenta comentários sobre o desenho do Projeto, desenvolvimento, resultados alcançados, lições e sugere recomendações que possam subsidiar a formulação e a realização de projetos semelhantes.

1. INTRODUÇÃO

Conforme definido pelo Termo de Referência o objetivo principal desta avaliação final independente é avaliar a implementação de Projeto BRA/00/G35, discutindo, analisando e validando os resultados alcançados.

A metodologia de avaliação enfocará os resultados alcançados pelo Projeto em relação aos objetivos propostos, com ênfase na eficiência das estratégias adotadas e ações desenvolvidas, sustentabilidade de resultados, relação de custo-benefício, assim como indicar as lições extraídas da experiência para disseminação de melhores práticas.

No período de 02 a 10 de agosto de 2006 foram realizadas visitas técnicas às seguintes áreas abrangidas pelo Projeto:

- Município de Chapada Gaúcha, MG, entorno do PNGSV – participação no V Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas
- RPPN Veredas do Pacari, Arinos, MG
- RPPN Arara Vermelha, Arinos, MG
- RPPN Cachoeira da Pedra Bonita, Colinas do Sul, GO
- RPPN Vale das Araras, Cavalcante, GO
- RPPN Soluar, Cavalcante, GO
- RPPN Parque Capetinga, São João da Aliança, GO

A metodologia para avaliação do Projeto incluiu entrevistas a proprietários de RPPNs beneficiadas pelo Projeto, membros das comunidades e localidades incluídas na área do Projeto, autoridades locais e profissionais das instituições executoras e parceiras. O propósito das entrevistas foi conhecer o Projeto e seu desenvolvimento através do “olhar” e da leitura dos diversos atores envolvidos que possuem níveis de conhecimento e de expectativas diferentes em relação às atividades desenvolvidas. A lista de todas as pessoas entrevistadas no processo de avaliação está incluída no Anexo 1 deste relatório.

Foram também analisados os documentos de apoio fornecidos pela FUNATURA e pelo PNUD que estão listados no Anexo 2 deste relatório.

A avaliação do Projeto seguiu à seguinte ordem: (i) estrutura do Projeto, com uma descrição da formatação proposta e os respectivos desenvolvimentos durante o período de execução; (ii) implantação do Projeto, incluindo uma avaliação geral do processo de implantação das atividades do Projeto; avaliação e monitoramento; participação de parceiros, com especial foco, na participação dos atores locais e envolvimento de instituições governamentais na implantação do Projeto; (iii) resultados alcançados.

Por fim, à luz da análise dos resultados alcançados e do desenvolvimento das atividades do Projeto, foram feitas recomendações e sugeridas lições extraídas que poderão ser processadas em desenhos e realizações de projetos similares.

2. ESTRUTURA DO PROJETO

O Projeto ‘Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs no Cerrado Brasileiro’ foi originalmente proposto para um período de três anos. No entanto, foi iniciado em setembro de 2001 e teve seus trabalhos de campo terminados em setembro de 2005.

O objetivo geral a que se propôs alcançar foi a conservação da biodiversidade do bioma Cerrado através da seguinte estratégia:

1. Estimular a participação de proprietários rurais na criação e no estabelecimento de parte ou de toda a área natural de suas propriedades em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN;
2. Estabelecer mecanismos de sustentabilidade para as áreas criadas no âmbito do Projeto;
3. Disseminar lições e experiências para outros proprietários em um processo de continuidade.

Para atingir os objetivos foram propostas as seguintes metas e resultados finalísticos:

1. Criação e estabelecimento de, pelo menos, 7 RPPNs no entorno dos Parques Nacionais Grande Sertão Veredas e Chapada dos Veadeiros com “pacote completo” de implantação, ou seja:
 - a. Efetivar o reconhecimento pelo órgão ambiental;
 - b. Elaborar e aprovar o Plano de Manejo;
 - c. Capacitar o proprietário e funcionários em planejamento, proteção e manejo das áreas e desenvolvimento da atividade ecoturística como negócio;
 - d. Estabelecer mecanismo de intercâmbio e comunicação entre os proprietários das áreas criadas como suporte às atividades futuras e sustentabilidade das áreas;
 - e. Criar e estabelecer programa de difusão do mecanismo de RPPN nas áreas trabalhadas e instituir mecanismos de conscientização do Projeto dentre as comunidades envolvidas.
2. Pelo menos 4 reservas legais em áreas próximas ou adjacentes aos dois Parques Nacionais averbadas.
3. Estabelecer mecanismos de sustentabilidade das RPPNs criadas.

As atividades previstas para atingir o objetivo proposto foram:

1. Seleção e demarcação de áreas para serem transformadas em RPPNs e estabelecimento de parceria formal com os proprietários selecionados;

2. Realização de processos de Avaliação Ecológica Rápida das áreas selecionadas e elaboração dos Planos de Manejo;
3. Implementação dos Planos de Manejo através de instalação de infra-estrutura determinada para cada área (trilhas, equipamentos básicos para ecoturismo, centro de atendimento a visitantes, equipamentos de proteção);
4. Seleção e treinamento de pessoal da RPPNs trabalhadas em programas de planejamento e manejo das áreas, além de desenvolvimento do ecoturismo;
5. Desenvolvimento e implementação de programas de conscientização sobre reservas privadas com o objetivo de replicar a experiência;
6. Promover o intercâmbio entre as RPPNs criadas;
7. Planejar a sustentabilidade econômica das RPPNs criadas através da elaboração de planos de negócios e estabelecimento de Fundo Rotativo.
8. Estabelecimento de parceria formal entre os proprietários e a FUNATURA para garantir que as áreas possam ser abertas ao turismo, visitação e pesquisa.

Os principais parceiros e atores envolvidos pelo Projeto são: proprietários rurais, empresários locais (ecoturismo, guias), comunidade, autoridades locais (prefeituras), representações locais das instituições ambientais federais e estaduais (IBAMA, IEF/MG), pesquisadores e organizações da sociedade civil representadas nas localidades.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

3.1. Significância do Projeto em relação à conservação do bioma Cerrado.

Não há a menor dúvida de que o Projeto desenvolvido pela FUNATURA tenha significativa importância para a conservação do bioma Cerrado através de ações que buscaram a criação e implantação de áreas protegidas. Neste sentido o Projeto pode ser classificado como Altamente Satisfatório (HS).

O Cerrado é apontado pela organização não governamental *Conservation International* (MACHADO *et.all*, 2004) como um “hotspot” por apresentar grande variedade de espécies e excepcional perda de habitat. Segundo o estudo, de dois milhões de hectares do Cerrado brasileiro restam apenas 20%, sendo que apenas nos últimos 40 anos cerca de 60% de área de Cerrado foi tomada por culturas de soja, algodão, milho e café e por pastagens plantadas com espécies africanas de gramíneas (Fig. 1). Acresce-se a estes dados a estimativa de que são desmatadas áreas equivalentes a 2,6 campos de futebol por minuto ou três milhões de hectares/ano. O mesmo estudo estima que a continuar esta taxa de desmatamento e ocupação desordenada, o Cerrado deverá desaparecer até o ano de 2030, ou seja, em apenas 24 anos.

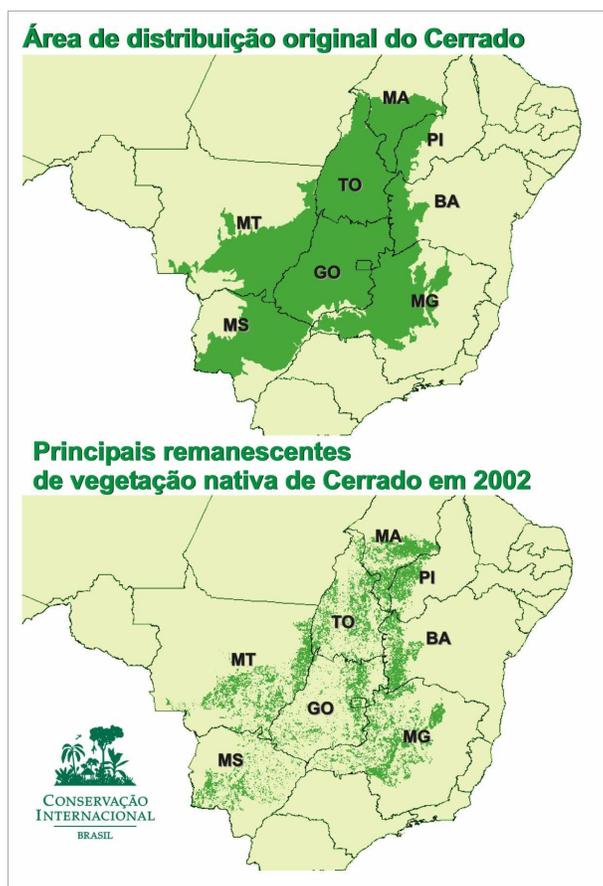


Figura 1. Comparação entre área original e remanescente do bioma do Cerrado no Brasil. Fonte. www.conservation.org.br

Cléber Alho (ALHO, 2005) aponta de forma oportuna as dificuldades na implantação de áreas protegidas no Cerrado, diante das pressões econômicas e sociais para ocupação e exploração dos recursos do Cerrado, em especial, pela implantação de grandes projetos agrícolas, como a expansão da monocultura da soja (Fig. 2).

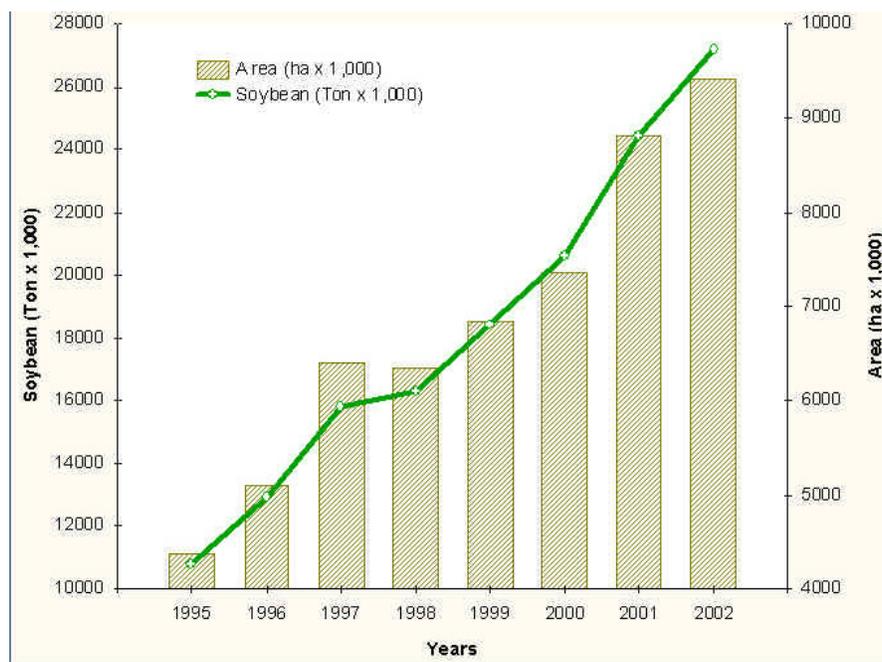


Figura 2. Evolução da produção e da área plantada de soja no Cerrado, de acordo com dados da FNP Consultores – Agriannual 2003 (MACHADO *et al*, 2004).

No entanto, apesar de ser apontado como um dos biomas de maior biodiversidade, o Cerrado é comumente relegado à fronteira de expansão agropecuária no país, demonstrado pela dificuldade enfrentada pelas organizações ambientalistas para a aprovação da Emenda Constitucional que propôs a inclusão do Cerrado na lista dos biomas considerados patrimônio nacional. A proposta tramita no Congresso Nacional há 11 anos.

Ainda conforme ALHO (2005), enquanto a ocupação do Cerrado se intensifica o Governo encontra dificuldades em atingir a meta proposta de proteger *in situ*, pelo menos, 10% da área do bioma. Lista de Unidades de Conservação no Cerrado, de acordo com a Diretoria de Ecossistemas do IBAMA¹ mostra que há 1.175.782 ha de área protegida através de Estações Ecológicas; 1.867.430 ha incluídos na categoria de Parques Nacionais; 3.461 ha de Reservas Biológicas; 502.517 ha de Estações Ecológicas; 128.521 ha de Refúgios de Vida Silvestre; 1.516.219 ha como Área de Proteção Ambiental (APAs); 2.329 ha como Áreas de Relevante Interesse Ecológico; 20.127 ha como Reservas Extrativistas e 16.331 ha como Florestas Nacionais, perfazendo um total de 4.056.980 ha incluídos em unidades de conservação de uso integral e/ou sustentável. As RPPNs federais não estão contabilizadas

¹ www.ibama.gov.br (2006)

nesta totalização. A lista disponibilizada pelo IBAMA² não está atualizada e apresenta incorreções. Na relação que apresenta os números e as áreas (ha) de RPPNs do bioma Cerrado são incluídas apenas duas unidades que perfazem a área de 3.011,80 hectares. Em uma simples verificação em outra listagem também disponível no website do IBAMA³ é possível detectar essa incorreção. Somente para o Estado de Goiás são listadas 44 RPPNs em um total de 21.962,95 hectares.

Segundo MACHADO *et. all.*(2004) apenas 4,1% do Cerrado se encontram legalmente protegidos, sendo 3% em unidades de conservação de proteção integral, incluindo unidades de conservação públicas e privadas nos diversos níveis administrativos. ALHO (2005) aponta que as unidades de conservação ao nível federal protegem apenas 2,06% da área do bioma.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) são parte integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, composto pela totalidade das áreas protegidas públicas e privadas e se constituem em uma importante ferramenta no estabelecimento de corredores ecológicos, mosaicos na construção da conectividade entre unidades de conservação.

O movimento de conservação em terras privadas no país contribui de forma consistente para a conservação da biodiversidade brasileira e, atualmente, encontra-se organizado não somente pelas agências estatais que reconhecem e fiscalizam as áreas propostas e criadas, mas também pelos próprios proprietários que, com auxílio de organizações não governamentais, têm se organizado através de Confederações e Associações nacionais, estaduais, regionais e mesmo nas áreas de domínio específico de biomas⁴ (MESQUITA *et all*, 2004).

Neste sentido, a proposta idealizada pela FUNATURA de propor a conservação do Cerrado através do mecanismo de criação e implantação de RPPNs insere-se de maneira moderna e integrada no planejamento nacional – de setores públicos e da sociedade organizada, para a conservação da biodiversidade do país. O Projeto contribuiu com um acréscimo de 2.263,07 hectares no entorno de duas importantes unidades de conservação de uso integral, além de contribuir com o conhecimento biológico da RPPN Campo Alegre (Alto Paraíso, GO), com área de 7.500 hectares.

3.2. Conceitualização e desenho do Projeto (S)

O desenho do Projeto demonstra a interdependência entre as diversas atividades previstas, em especial, relacionadas à criação das RPPNs. Ou seja, as atividades deveriam ser realizadas em escala de dependência de êxito.

Este fato causou um gargalo muito grande no desenvolvimento das atividades devido à excessiva demora na análise e aprovação dos processos pelo IBAMA. Em média cada

² http://www.ibama.gov.br/siucweb/rppn/relatorio_por_bioma.rtf - 13 de dezembro de 2005

³ http://www.ibama.gov.br/siucweb/rppn/relatorio_resumido.rtf

⁴ <http://www.rppnbrasil.org.br/>

processo durou 3 anos que seria o tempo previsto para duração e execução de todo o Projeto.

Apesar de ter sido instituída pelo IBAMA em 1990 e apesar de ser considerado um dos mecanismos complementares mais importantes para conservação de biodiversidade *in situ* no Brasil, as RPPNs parecem ainda não terem sido institucionalizadas e completamente incorporadas à agenda de trabalho do IBAMA. Excesso de burocracia e de demora na avaliação dos pedidos promovem um desestímulo e uma evasão por parte dos proprietários. A demora na aprovação dos processos para reconhecimento das RPPNs, significou uma perda na implantação de muitas outras ações previstas pelo Projeto, mas que, no entanto, dependiam do reconhecimento oficial das áreas como RPPNs.

Neste processo, todos os entrevistados que criaram as RPPNs relataram o desestímulo causado por esta demora que reflete na possibilidade de criação de novas áreas. Além disto, a implantação de ações definidas pelo plano de manejo das áreas ficou prejudicada, em vista do pouco tempo hábil restante. Assim, poucas RPPNs tiveram atividades de infraestrutura desenvolvidas e, em algumas, o trabalho não foi completado como na RPPN Soluar em que foi construído o Centro de Visitantes, mas a trilha não pôde ser implantada.

A definição de criação de RPPNs como instrumento para conservação de Cerrado como principal objetivo do Projeto é ambiciosa, porém apresenta riscos inerentes, pois a criação desta categoria de unidade de conservação depende que os próprios proprietários manifestem sua vontade e cedam suas áreas para conservação por perpetuidade.

Como apontado pelo relatório elaborado por LIMA & MESQUITA (2003) a meta originalmente estabelecida que previu a criação de 40.000 hectares em RPPNs foi extremamente ambiciosa. Tomando os números atuais fornecidos pelo IBAMA, significa quase 10% da área total das RPPNs reconhecidas pelo IBAMA em 16 anos (442,100 mil hectares e 425 RPPNs).

Em regiões onde já exista o conhecimento deste mecanismo como no caso do entorno do PNCV este processo pode ser mais fluído, mas em territórios ocupados para expansão agrícola como no caso do entorno do PNGSV as dificuldades são enormes. Neste caso, o objetivo proposto de trabalhar pela averbação de reservas legais e reconstituição de áreas degradadas de áreas de preservação permanentes – APPs parece ser mais eficaz. As RPPNs podem também serem criadas em sobreposição às reservas legais das propriedades.

Considerar a vocação e potencial econômico das regiões na formatação dos projetos também pode ser um mecanismo importante na obtenção de bons resultados. No caso de regiões onde é possível compatibilizar conservação com desenvolvimento turístico, a estratégia a ser adotada deverá focar a assessoria e orientação no planejamento, formatação e operação de atrativos e equipamentos turísticos.

Os mecanismos definidos pela FUNATURA para difusão do Projeto – reuniões técnicas e promoção dos Encontros dos Povos foram extremamente importantes e mobilizaram todos os atores e participantes. A valorização da cultura dos locais como instrumento de mobilização e conscientização é um dos pontos altamente satisfatório do Projeto.

O propósito do Projeto insere-se dentro de todos os planejamentos nacionais relacionados à conservação de biodiversidade *in situ* e as áreas escolhidas localizadas em territórios considerados de extrema importância para a conservação de biodiversidade do Cerrado (Fundação Biodiversitas, 1998; MMA, 1999).

3.3. Implementação do Projeto (S)

Como citado anteriormente, a equipe executora do Projeto realizou um grande esforço no processo de criação e implementação das RPPNs.

O desempenho e a representatividade da FUNATURA como intermediário junto ao IBAMA dos proprietários beneficiados pelo Projeto foi de fundamental importância no processo de criação das RPPNs. Sem esta intervenção, como apontado por todos os proprietários entrevistados, não teriam sido reconhecidas as unidades no âmbito deste Projeto. Todos os proprietários entrevistados relataram que fariam novamente ou recomendariam o processo somente se houvesse um apoio institucional, como o desenvolvido pela FUNATURA.

A presença institucional da FUNATURA nas regiões onde o Projeto se desenvolveu, assim como a excelência da equipe técnica envolvida, propiciou o desenvolvimento satisfatório das atividades, mesmo em vista da dificuldade operacional relacionada à demora na aprovação dos processos pelo IBAMA.

As contínuas avaliações do projeto (tripartites) poderiam ter monitorado as atividades, em específico, as dificuldades operacionais e propor eventuais correções no desenho do Projeto.

O envolvimento da FUNATURA com as comunidades – anterior ao início deste Projeto, foi fator decisivo no repasse das informações aos proprietários e conseqüente convencimento em relação à criação de RPPNs pelo estabelecimento prévio de uma rede de parceiros locais.

Como apontado por SOARES *et. all.* (2002) as instituições não governamentais que trabalham com projetos no entorno de UCs possuem clareza de que “não é possível pensar em conservação do meio ambiente sem incluir nessa agenda a melhoria da qualidade de vida das populações”. Desta forma, existe a necessidade de realizar esforços e ações que busquem alternativas sustentáveis de renda para as comunidades dos entornos das áreas protegidas e, no caso das RPPNs, das próprias unidades e de seus proprietários.

O objetivo formulado pelo Projeto de estabelecimento de um Fundo ou mecanismo financeiro para apoio a atividades futuras das RPPNs beneficiadas pelo Projeto ou como ação de continuidade não pôde ser implantado. No entendimento desta avaliação, na verdade, a proposta de estabelecimento de um mecanismo como este somente pode ser realizada se incorporada à política pública local ou se houver um mínimo de organização institucional e integração entre as RPPNs estabelecidas. Exemplo de Fundo rotativo de apoio a projetos pode ser encontrado em algumas experiências no Brasil. Na Bahia a

instituição Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia⁵ desenvolveu um trabalho com produtores rurais familiares onde foi instituído um mecanismo financeiro rotativo, gerido pela instituição e pelos produtores, através do qual novas experiências de apoio financeiro a projeto produtivos da base ambiental são financiados (Floresta Viva).

Além disto, existem experiências de Fundos específicos de apoio a RPPNs (criação e implementação), além de outros instrumentos financeiros que podem ser acessados pelas RPPNs (Fundação O Boticário, Fundo Nacional do Meio Ambiente, etc.). O importante é que os proprietários e atores envolvidos nos processos tenham capacitação técnica suficiente para elaborar e submeter projetos a este fundos.

3.4. Resultados Alcançados pelo Projeto (S)

No âmbito do Projeto desenvolvido pela FUNATURA foram criadas e estabelecidas as seguintes RPPNs:

Entorno do Parque Nacional de Grande Sertão Veredas

- RPPN Veredas do Pacari – Portaria IBAMA nº 26 de 8 de Março de 2004 com 346,79 hectares, Arinos, MG.
- RPPN Arara Vermelha - Portaria IBAMA nº 31/05N de 28 de Abril de 2005 com 248,45 hectares, Arinos, MG.

A região do entorno do PNGSV encontra-se bastante antropizada. A criação do Parque garantiu a conservação de uma área importante para conservação de biodiversidade e também, para a conservação da riqueza cultural daquela região. A paisagem plana da região favoreceu a ocupação por grandes fazendas mecanizadas produtoras de grãos (soja e sementes de capins, especialmente). Muito da rica diversidade da vegetação do Cerrado foi perdida neste processo. A instalação de municípios colonizados por pessoas originadas de outros estados e culturas também iniciou, na região, um processo de desgaste e de perda de tradições culturais sertanejas importantes. O município onde se encontra a sede do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e que é considerado o “cenário vivo” da obra do romancista brasileiro João Guimarães Rosa chama-se Chapada Gaúcha e foi emancipado somente em 1995.

As RPPNs Vereda do Pacari e Arara Vermelha se constituem em uma interessante oportunidade que foi exitosamente conseguida pelo Projeto. São duas RPPNs conjuntas com uma sede reformada pelo Projeto na RPPN Arara Vermelha e uma trilha comum às duas RPPNs.

Os proprietários das duas RPPNs não as utilizam como residência, assim como as terras não fazem parte de seus negócios. A proprietária da RPPN Arara Vermelha vive em Campinas, SP e o proprietário da RPPN Veredas do Pacari vive na região, mas não nesta área. No entanto, ambos manifestaram que a intenção de criação das RPPNs foi motivada pelo desejo de conservar amostras importantes do Cerrado brasileiro.

⁵ www.iesb.org.br

As duas RPPNs criadas possuem seus Planos de Manejo elaborados que demonstram a vocação das áreas para o incremento de atividades de pesquisa. Neste sentido, foi reformada a sede da RPPN Arara Vermelha e contratado – pela proprietária, um funcionário que trabalha na manutenção da benfeitoria.

Algumas instituições, além da própria FUNATURA vêm desenvolvendo programas de pesquisa de biodiversidade no PNGSV. O Instituto Biotrópicos, com sede em Belo Horizonte, estendeu seus trabalhos de pesquisa à região e demonstrou muito interesse em firmar parceria com a FUNATURA, inclusive para ampliar os conhecimentos biológicos sobre as duas RPPNs.

Esta região ainda não apresenta uma organização e infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, apesar de apresentar atrativos naturais e culturais únicos, como o PNGSV e estar incluída nos circuitos turísticos Urucua Grande Sertão e Guimarães Rosa (SEBRAE/MG).

A atuação anterior e a institucionalização de projetos da FUNATURA na região é um dos fortes pontos em relação aos resultados alcançados. Acrescenta-se a isto, a estratégia de mobilização escolhida, na promoção e apoio à organização dos eventos intitulados Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, que inclusive teve continuidade após o término do Projeto tendo sido apropriado pelas comunidades e organizações locais e regionais. Pude presenciar e participar da 5ª versão que aconteceu no início de agosto deste ano. Os encontros constituem-se em um poderoso veículo de fomento e de divulgação de tradições e costumes culturais sertanejos e foram e são bem utilizados para as finalidades de apoio à conservação dos Cerrados. Além disto, e também como parte da estratégia da FUNATURA de inclusão institucional na região, foi estabelecida uma sede local, com representante contratado da instituição que apóia os diversos projetos da entidade, além de se incorporar à comunidade. Esta estratégia foi bastante benéfica para o Projeto.

O desenvolvimento de parcerias corretas e envolvidas em um projeto como este e que pode ser promovida e fomentada tem alcances muito mais inesperados do que o previsto pelo Projeto. A região de Chapada Gaúcha corre o risco de se tornar como a região do Parque Nacional das Emas, áreas de vegetação nativa circundada por imensas plantações de grãos e capins. O fortalecimento da cultura popular e ancestral serve como um obstáculo natural ao colapso generalizado da cultura que se baseia no ambiente natural (vide o culto ao Guimarães Rosa e sua obra em ascendência na região).

Um outro ponto importante a ser destacado na criação destas duas áreas é estarem contíguas formando um maciço de 595,24 ha e próximas ao PNGSV, configurando corredores de biodiversidade o que é considerado uma boa estratégia de conservação. Os corredores evitam o isolamento das áreas protegidas, garantindo o trânsito de espécies por um mosaico de unidades de conservação – públicas e privadas, além de propriedades rurais que desenvolvem atividades produtivas resguardando áreas naturais (reservas legais e áreas de preservação permanentes).

A atuação por meio de mosaicos de unidades de conservação é uma das estratégias escolhidas para garantir maior eficiência na gestão ambiental. A gestão por meio dos mosaicos é relativamente nova no Brasil. Surgiu como estratégia a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído em 2000. O mosaico é fundamental para definir os usos e a conservação dos recursos naturais na fronteira entre as unidades. A integração da gestão de unidades de conservação visa aprimorar iniciativas de fiscalização, monitoramento, implementação de planos de manejo e pesquisas científicas, além de buscar a sustentabilidade financeira para o efetivo funcionamento das unidades que fazem parte do mosaico.

Dentro desta estratégia a FUNATURA teve um projeto aprovado junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA que recém iniciou seu desenvolvimento na região do PNGSV, abrangendo ainda o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, os Parques Estaduais mineiros de Serra das Araras e Veredas do Peruaçu, a área indígena Xacriabá, a Área de Proteção Ambiental – APA do Rio Pandeiros e as duas RPPNs criadas pelo presente Projeto.

Este mosaico de áreas protegidas compreende cerca de um milhão de hectares. Serão executadas ações que incluem a proteção dos recursos hídricos, organização da sociedade civil em torno das áreas protegidas, produção de mudas de árvores nativas e organização territorial. A região do mosaico também terá um Plano de Desenvolvimento Territorial de Base Conservacionista (DTBC) elaborado.

O Projeto previu também e possibilitou o encaminhamento de 5 processos para registro e averbação de reservas legais, totalizando 603 hectares. Esta estratégia é de extrema importância na região do PNGSV. Pode ser ampliada no sentido de propor e capacitar proprietários e agentes locais na recuperação de áreas degradadas, considerando, inclusive, a estratégia de formação de mosaico de áreas protegidas.

Entorno do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros

As RPPNs criadas no âmbito deste Projeto foram:

- RPPN Soluar - Portaria IBAMA nº 17/05 N de 11 de Abril de 2005 com 42,48 hectares, Cavalcante, GO.
- RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas - Portaria IBAMA nº 19/05 N de 11 de Abril de 2005 com 92,19 hectares, Colinas do Sul, GO.
- RPPN Varandas da Serra - Portaria IBAMA nº 41/05 N de 20 de Junho de 2005 com 1,42 hectares, Cavalcante, GO.
- RPPN Vale das Araras - Portaria IBAMA nº 42/05 N de 01 de Julho de 2005 com 431,74 hectares, Cavalcante, GO.
- RPPN Parque da Capetinga - Portaria IBAMA nº 73/05 N de 13 de Outubro de 2005 com 1.500,00 hectares, São João da Aliança, GO.

A criação do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros propiciou e fomentou o estabelecimento e o fortalecimento na economia local e regional do turismo, uma das vocações econômicas naturais da região.

Por ser uma atividade desenvolvida há anos na região está incorporada aos diversos segmentos econômicos dos municípios. Assim, não é surpresa que todas as RPPNs criadas e apoiadas pelo Projeto têm como objetivo tentar a sustentabilidade econômica através do desenvolvimento de atividades turísticas. Duas delas, RPPN Vale das Araras e RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas se destacam neste processo. A primeira por ter sido planejada e estruturada para este fim desde o início e a segunda por já existir na área um projeto de exploração do turismo através do balneário da cachoeira e também por atividades pesqueiras. O Projeto propiciou um grande diferencial para estas duas áreas com o apoio à instalação de infra-estrutura de atendimento de turistas, além da elaboração participativa dos planos de manejo.

Os proprietários da RPPN Soluar não possuíam a atividade do ecoturismo como função prioritária. Conheceram o mecanismo das RPPNs em uma atividade de divulgação/mobilização promovida pela FUNATURA. A RPPN foi instituída na área definida como reserva legal da propriedade. Desta forma, demonstram menos desenvoltura no processo de incorporação das novas funções de sua propriedade, transformada em RPPN e com a possibilidade de oferecimento de serviços de turismo.

A criação de RPPNs no entorno no PNCV não é fato novo na região. Excetuando-se as áreas criadas pelo Projeto e segundo lista disponibilizada pelo IBAMA, existem 9 RPPNs com área total de 10.003,95 hectares. Várias instituições têm atuado nesta área com o propósito de fomentar a criação de RPPNs.

No entanto, como pôde ser notado, existem questionamentos pela Gerência do PNCV em relação à inserção de algumas destas RPPNs como unidades de conservação.

O que é importante destacar é que no entorno do PNCV existe um conjunto de reservas privadas que ampliam de forma bastante significativa (11.617,90 ha) a área protegida e prestam um serviço de amortecimento à UC.

Porém, não existe nenhum instrumento de comunicação entre estas RPPNs. Esta necessidade foi expressa por todos os proprietários entrevistados e fazia parte da estratégia de implantação deste Projeto, não tendo sido estabelecida formalmente.

O apoio à organização dos proprietários de RPPNs nesta área, assim como a capacitação dos mesmos é essencial para difundir as experiências e mobilizá-los no sentido de melhor gerir suas áreas.

O momento político na região é muito interessante neste sentido, pois a atuação desastrosa do IBAMA no processo de ampliação do Parque sem consulta pública às comunidades propiciou a formulação de um conjunto de leis ambientais no município de Cavalcante, incluindo a legislação que reconhece a RPPN municipal (Anexo 3).

Não há dúvidas de que a criação e a elaboração dos documentos de planejamento das áreas foi um importante resultado. Três das cinco RPPNs receberam apoio com a implantação de infra-estrutura. No entanto, o Projeto poderia ter explorado melhor as possibilidades

econômicas destas áreas, com a implantação de projetos ecoturísticos bem estruturados e a elaboração de planos de negócio.

Finalmente, um ponto importante a ser destacado no Projeto e que também vem sendo desenvolvido pela FUNATURA em diversos processos, é o trabalho para uso racional dos frutos do Cerrado. Existe uma grande demanda por esta atividade na região e inclusive pelos proprietários das RPPNs criadas pelo Projeto. Os frutos do cerrado, com destaque para o *baru* e *mangaba*, são instrumentos importantes no auxílio à sustentabilidade de áreas protegidas. Os proprietários da RPPN Soluar vivem da exploração dos frutos e inclusive exportam alimentos feitos com frutos do Cerrado. No entanto, a coleta de frutos nas áreas definidas como RPPNs **não** é permitido pela legislação. O extrativismo vegetal, mesmo de forma controlada e manejada, não está incorporado aos usos permitidos nas RPPNs.

4. LIÇÕES APRENDIDAS

1. Processo legal de reconhecimento de RPPNs

A descentralização do processo legal de criação de RPPNs deve ser estendida ao nível administrativo de ação mais local. O processo realizado através do IBAMA mostrou-se demorado e foi fator de desestímulo a todos os atores envolvidos no Projeto.

Recente matéria de jornal de circulação nacional⁶ indica que a burocracia emperra o processo de criação das RPPNs ao nível federal, havendo, pelo menos, 150 processos parados no IBAMA (ver Fig. 3 abaixo). De fato, este é um dos grande fatores limitantes no convencimento de proprietários.



Figura 3. Gráfico demonstrando o número de RPPNs reconhecidas desde a criação do instrumento legal em 1990 (Fonte Jornal O Estado de São Paulo, 29/09/2006).

Vários Estados oferecem o serviço de reconhecimento de RPPN através de suas agências de meio ambiente, o que pode facilitar os trâmites, tempo e despesas em relação ao processo de reconhecimento de RPPN. As duas RPPNs de Arinos (entorno do PNGSV), MG poderiam ter seus processos realizados por meio do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Em Cavalcante, GO o município inovou ao criar o mecanismo de RPPN municipal (Anexo 3), o que torna o processo de mais fácil acessibilidade ao proprietário.

Os proprietários esperam maior agilidade e mais apoio técnico dos órgãos ambientais responsáveis, maiores incentivos e uma legislação mais favorável. É através da união, organização e articulação que os proprietários têm encontrado de alguns anos para cá, força e motivação para a manutenção das suas áreas e tem surgido o estímulo para a criação de novas RPPN.

⁶ O Estado de São Paulo, caderno Vida, de 29 de setembro de 2006, Caderno Vida.

1. Apoderamento do Projeto

As reuniões promovidas pelo Projeto anterior ao início do mesmo, assim como os eventos culturais – Encontro dos Povos, foram importantes instrumentos na integração do Projeto com as comunidades.

Comunidades informadas tornam-se protagonistas e parceiras. Portanto, atividades de fortalecimento institucional, capacitação, educação ambiental e valorização cultural auxiliam no sucesso de apoderamento das ações do Projeto.

A instalação de uma base nas localidades demonstra a importância desta ação, tanto para os executores, como também para as comunidades envolvidas. O contato permanente entre equipe do Projeto e atores locais e regionais, permite um melhor desenvolvimento das atividades, além de possibilitar a ampliação das ações.

Além disto, a identificação e definição do papel e participação de cada parceiro na elaboração e desenvolvimento do Projeto possibilitam a criação de mecanismos de continuidade e sustentabilidade de projetos desta natureza.

2. “Ver para Crer”

A máxima de São Tomé – ver para crer reforça a idéia de sustentabilidade das RPPNs como modelo de negócio.

Excetuando-se proprietários rurais com perfis ambientalistas, empresários e produtores rurais, usualmente, procuram informações e experiências bem sucedidas nas quais buscar as vantagens e desvantagens na criação de uma área protegida onde existe a possibilidade de desenvolver atividades que possam auxiliar na sustentabilidade financeira das mesmas.

Esta observação é mais evidente para as RPPNs no entorno do PNCV como no caso da RPPN Vale das Araras em que os proprietários fizeram um extenso estudo do potencial de negócios antes de implantar o projeto, verificando e comparando várias áreas antes de adquirir a propriedade e iniciar o projeto de criação de RPPN.

3. Parcerias sempre!

A cooperação institucional garante bons resultados e ampliação das ações propostas pelo Projeto. O fortalecimento das instituições locais e regionais e participação da comunidade nas várias etapas de execução propiciam melhor integração da proposta e complementaridade dos resultados.

5. RECOMENDAÇÕES

Os resultados da análise desse Projeto possibilitaram a definição de alguns critérios e características mestras para futuros programas de apoio a projetos similares. O atendimento a esses critérios deverá ser pré-condição para a avaliação das propostas apresentadas ao GEF.

1. Desenho do Projeto

- Para futuros projetos desta natureza recomenda-se que seja realizado um diagnóstico ou avaliação da área definida pelo projeto em relação ao potencial para criação de reservas particulares. A instituição proponente deverá conhecer a área e apresentar um diagnóstico inicial, indicando áreas potenciais e prioritárias dentro do limite do território. Este diagnóstico poderá ser em forma de uma Avaliação Ecológica Rápida do território onde se pretende trabalhar. Avaliação Ecológica Rápida ou REA - *rapid ecological assessment* é um método diagnóstico utilizado para inferir sobre o estado de conservação de florestas e territórios naturais baseado em usos de indicadores, tais como características da estrutura vegetal, solos, água e grupos da fauna. A Avaliação Ecológica Rápida pressupõe que os indicadores devem fornecer dados relevantes, ou seja, refletir os diferentes graus de conservação. Isto implica que os indicadores utilizados na Avaliação Ecológica Rápida possam ser facilmente reconhecíveis. O principal objetivo da Avaliação Ecológica Rápida é a redução do tempo e do custo para a avaliação do estado de conservação de áreas de interesse, sem a necessidade, portanto, de inventários detalhados. Assim, não haveria a necessidade de gastos excessivos de recursos e esforços institucionais e operacionais de processos de avaliação ecológica das propostas RPPNs que, posteriormente, foram consubstanciados por Planos de Manejo.
- O desenho de projeto deve conter uma estratégia de manejo de paisagens, com a instalação de unidades de conservação em mosaicos, com formação de corredores de biodiversidade e estimulando a averbação das reservas legais, viabilizando a conservação de áreas maiores.
- No desenho do projeto também deverá ser dada prioridade aos mecanismos de divulgação de RPPNs através da identificação e realização de parcerias locais. A união dos esforços e o fortalecimento de instituições locais e, ou regionais é importante como mecanismo de continuidade de processos. Por exemplo, foi relatado por alguns proprietários que existe uma idéia generalizada que o processo de criação de uma RPPN significa a doação da terra ao IBAMA. Este tipo de mau entendimento deve ser esclarecido em um programa de divulgação, preferencialmente, em conjunto com parceiros conhecidos pelas comunidades.
- A instituição proponente deve também demonstrar ter experiência e história de realização de projetos na área proposta.
- O desenho do projeto deverá também propor mecanismos de ajustes contínuos das atividades previstas, a partir do resultado do monitoramento periódico das ações

- implementadas. A realização de avaliação de meio-termo pode auxiliar este processo, apontando alternativas para ações com estrangulamento ou com dificuldades na implementação.
- No caso de estabelecimento de RPPNs que envolvam o desenvolvimento de projetos econômicos para sua sustentabilidade – como no caso das RPPNs do entorno da Chapada dos Veadeiros recomenda-se a inclusão no desenho de projetos, de elaboração de Planos de Negócios e de processos de capacitação de proprietários neste sentido, para garantir que os mesmos possam desenvolvê-los e buscar a sustentabilidade das áreas. É importante que os proprietários tenham conhecimento da cadeia produtiva completa de seus negócios e de como viabilizar estes negócios. Este processo pode ser realizado através de parcerias com instituições especializadas. No Brasil o SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é uma das instituições que podem ser parceiras desta ação. Ou seja, realização e desenvolvimento de estudos de viabilidade socioeconômica, incluindo de mercado, dos projetos produtivos, associados ao desenvolvimento de estudos da capacidade suporte dos recursos naturais envolvidos nos projetos produtivos. Nas iniciativas de comercialização devem constar ações de capacitação sobre a administração e gestão dessas áreas.
 - Em relação ao ecoturismo nas RPPNs os desenhos de projeto devem prever:

Nas RPPNs

- Avaliação de potencialidade para o ecoturismo (produtos ecoturísticos existentes dentro da RPPN);
- Elaboração de planos de manejo e de uso público adequados e atualizados;
- Elaboração de estudos e promoção de pesquisas sobre o perfil da demanda ecoturística;
- Descrição da estrutura básica existente e necessária à realização de atividades ecoturísticas;
- Descrição da capacidade institucional para gestão de atividades ecoturísticas.

Nos municípios e comunidades vizinhas

- Avaliação de potencialidade para o ecoturismo (produtos existentes no entorno das RPPNs);
- Descrição da estrutura básica existente e necessária à realização de atividades ecoturísticas;
- Descrição da capacidade institucional para gestão de atividades ecoturísticas (existência e funcionamento de CODEMAS e CONTURS, secretarias municipais de meio ambiente, envolvimento com as RPPNs, existência de ONGs ambientalistas locais ou regionais etc.).
- Identificação e definição do papel e participação de cada parceiro na elaboração e desenvolvimento do projeto. Parceiros como, Embratur, MMA/Ministério do Turismo, SEBRAE, SENAC, Universidades, ONGs, prefeituras, operadoras de turismo, etc.). O serviço voluntário deverá ser avaliado e proposto como peça fundamental da participação de atores locais.

- Criação, implementação e, ou fortalecimento dos Centros de Referência do Ecoturismo nos municípios das áreas abrangidas pelos projetos onde os interessados terão uma visão abrangente dos atrativos naturais, históricos e culturais da área, assim como dos equipamentos, programas e potencial turístico existentes.
- Capacitação dos setores locais envolvidos com o ecoturismo. Como é bem conhecido, o segmento de turismo é um negócio que exige um alto nível de profissionalização. A capacitação de todos os agentes envolvidos (como guias, operadoras, proprietários de pequenos negócios etc.), torna-se, portanto, estratégia para que se possa obter o máximo de resultados e, por conseguinte, que se consiga a manutenção e continuidade dos negócios. Neste sentido sugerem-se como atividades: (i) promover a realização de cursos técnico-profissionalizantes associados aos serviços de ecoturismo; (ii) promover programas de capacitação empresarial a nível comunitário, objetivando oportunidades de negócios.
- Ajuste da infra-estrutura física e de serviços. Aqui, dizendo respeito não somente aos serviços públicos dos municípios, como estradas, saneamento, limpeza urbana, mas também às condições de atendimento das próprias RPPNs e dos estabelecimentos particulares existentes nas regiões, como hotéis, restaurantes etc. O desenvolvimento de estratégias de reconhecimento de qualidade de serviços, equipamentos e produtos, como os “selos” e/ou “processos de certificação”, poderão ser empregados como forma de subsidiar o monitoramento da qualidade dos produtos, projetos e atividades ecoturísticas dos locais. Algumas atividades são antecipadamente propostas: (i) preparação dos municípios para atendimento à demanda ecoturística (estradas, hospedagem, alimentação, informações etc.); (ii) estruturação das RPPNs para atendimento ao ecoturismo (funcionários capacitados), infra-estrutura, planejamento, trilhas, material impresso, lojinhas ecológicas, *souvenires* etc.); (iii) planejamento e desenvolvimento de “Pacotes Ecoturísticos” (observadores de aves, turismo de aventura, turismo científico, turismo rural, turismo de contemplação etc.); (iv) desenvolvimento de produtos ecoturísticos: atrações naturais, artesanato local e regional, serviços etc.; (v) desenvolver modelos de referência e capacidade de suporte de produtos e serviços ecoturísticos.
- Busca de financiamento e assistência técnica ecoturística. Ecoturismo é uma área que exige um nível de profissionalização muito grande. Não raro, os projetos poderão envolver somas vultuosas de recursos. Deverão ser elaborados/buscados e viabilizados mecanismos para financiamento e assistência técnica para as atividades/ações previstas, inclusive como mecanismos de continuidade dos projetos. Assim, sugere-se como atividades: (i) elaboração e divulgação de manuais sobre fontes de financiamento disponíveis, orientando parceiros e investidores; (ii) promoção – junto aos agentes financeiros, da simplificação de procedimentos referentes às linhas de crédito disponíveis; (iii) promoção da cooperação técnica e financeira com organismos internacionais.
- Divulgação e *marketing*. A propaganda é a alma do negócio. No caso do ecoturismo, o desenvolvimento de estratégias de divulgação e *marketing* dos

produtos e das atividades, será fundamental para o projeto. No entanto, é importante destacar que, a principal função de uma área protegida é a manutenção e a preservação de biodiversidade. Ecoturismo vem a ser uma consequência da qualidade ambiental das áreas protegidas. Desta forma, o componente de educação ambiental deverá ser preponderante nos formatos de projetos de divulgação a serem elaborados. Atividades sugeridas: (i) elaboração e implementação de projetos e mecanismos de divulgação e *marketing*. Sugere-se o envolvimento constante da mídia, divulgação junto às comunidades locais e regionais, *Internet*, produção de material gráfico e digital etc.

- Monitoramento das atividades ecoturísticas e ambientais. A matéria-prima do ecoturismo é uma área natural em bom estado de conservação. As RPPNs, por conseguinte, conformam o cerne desta matéria-prima. Devem ser elaborados mecanismos de monitoramento da qualidade ambiental e do impacto gerado pelas atividades ecoturísticas nas áreas naturais. Somente assim, poderão ser desenvolvidas estratégias para a manutenção destas áreas. Vale a pena ressaltar, que as zonas urbanas também deverão ser trabalhadas. Por exemplo, regiões com esgoto a céu aberto, lixo espalhados por toda parte etc., são vistos como entraves ao desenvolvimento de atividades ecoturísticas. Sugerem-se as seguintes atividades: (i) estabelecer processos e indicadores para fiscalização e avaliação de impactos do ecoturismo nas RPPNs trabalhadas.

2. Políticas públicas e incentivos à conservação de áreas privadas

- Instituições que pretendem trabalhar com o fomento à criação de unidades de conservação devem também desenvolver ações, através de parcerias locais e regionais, que objetivem o apoio à formulação e fomento à implantação de políticas públicas auxiliares e complementares, como a legislação que institui o mecanismo do ICMS-Ecológico que, em suas versões vigentes em alguns estados do país, garantem repasse de recursos complementares aos municípios que possuem unidades de conservação em seus territórios, incluindo RPPN. O Estado do Paraná evoluiu ainda mais definindo critérios através dos quais os municípios devem também beneficiar as RPPNs, em uma relação simbiótica. Em relação ao presente projeto, o Estado de Minas Gerais possui a legislação, mas Goiás ainda não aprovou esta ferramenta legal.
- Promover a revisão do processo legal de criação de RPPNs com definição clara e realística de prazos e passos do processo. O processo para obtenção da documentação solicitada é extremamente caro e de pouco acesso para a grande maioria dos proprietários. O georeferenciamento de **toda** a propriedade parece desnecessário e extremista. **No entanto, a definição da localidade por georeferenciamento da área proposta como RPPN é importante para a localização da mesma.**
- Capacitação das agências de meio ambiente dos estados que não possuem RPPNs estaduais para a criação dos documentos legais e capacitação dos agentes estaduais

no uso desta ferramenta, ou seja, na institucionalização do processo de reconhecimento e de divulgação do mecanismo de RPPN.

- Promover a discussão sobre possibilidade de usos das RPPNs, em especial, relacionado ao extrativismo de recursos naturais como frutos que podem ser importantes para a economia local e significar um incremento maior para os proprietários. Esta característica restritiva em relação ao extrativismo serve como fator limitante para o aumento de áreas protegidas privadas. Além disto, a diversificação das atividades econômicas pode auxiliar na sustentabilidade das áreas.
- Os eventos iniciados com o apoio do Projeto - Encontro dos Povos são importantes como ferramentas de continuidade e consolidação do processo. Recomenda-se fomentar a criação dos conselhos de cultura dos municípios e/ou dos próprios eventos para garantir a continuidade, tradição e qualidade dos mesmos.

3. Sustentabilidade e continuidade de ações propostas pelo Projeto

- Como mecanismo de continuidade e consolidação promover e organizar a associação dos proprietários da RPPNs do entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros como forma de integração entre os proprietários e fortalecimentos das unidades. Fomentar a criação de uma associação local (que inclua proprietários, guias, representantes da comunidade) e capacitar estes atores, especialmente os proprietários, inclusive para propiciar que os mesmos possam ter acesso aos recursos existentes e disponíveis (ex. edital 1º semestre 2006 - Fundação o Boticário que apontou a região do Cerrado goiano no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros como área prioritária para investimento).
- Envolver as gerências das unidades de conservação existentes na área em todo o processo de criação e implantação das RPPNs.
- Instalar, em parceria com organizações públicas ou não governamentais locais, uma base de representatividade local para administração e desenvolvimento das atividades, a exemplo do processo que a FUNATURA apresenta no município de Chapada Gaúcha (entorno do PNGSV) onde a parceria com a Prefeitura propiciou a construção de uma sede da instituição e o desenvolvimento de diversos projetos relacionados à conservação e uso sustentável dos recursos do Cerrado, com benefícios mútuos.
- Firmar parcerias com instituições de pesquisa para que as informações científicas e técnicas possam auxiliar na elaboração de planos de manejo e diminuir os custos e, além disto, desenvolver mecanismos de continuidade para realização de pesquisas e projetos nas áreas protegidas. Como exemplo deste fato pode ser citada a RPPN Feliciano Miguel Abdala localizada em Caratinga, MG antiga área protegida, porém somente recentemente reconhecida como RPPN. Há pelo menos

25 anos pesquisadores de vários centros de pesquisas do país e do mundo utilizam os 956 hectares de floresta atlântica da área como laboratório para o desenvolvimento de várias pesquisas da biodiversidade, colaborando com informações que auxiliam na conservação e, além disto, apoiando a manutenção financeira da RPPN. A própria criação da RPPN Feliciano Abdala foi resultado da presença dos pesquisadores na área. A parceria entre a Fundação Biodiversitas, *Conservation International* e Associação Pró-Estação Biológica de Caratinga rendeu mais de 50 estudos e projetos, incluindo 35 dissertações de mestrado, doutorado e pós-doutorado que ampliaram o conhecimento sobre a mata Atlântica e a ecologia de primatas ameaçados de extinção (VIEIRA, 2004).

ANEXO 1

Entrevistas realizadas no processo de avaliação final do Projeto Establishment of Private Natural Heritage Reserves (RPPNS) in the Brazilian *Cerrado* - Final Evaluation - BRA/00/G35

Como parte do processo de avaliação do Projeto foram entrevistadas pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram conhecimento ou participação em ações promovidas pelo Projeto.

1. FUNATURA

- Henrique Brandão Cavalcanti –Presidente
- César Victor do Espírito Santo – Superintendente Executivo
- Fernando Antônio Rodrigues Lima – Coordenador do Projeto
- Adolpho Luiz B. Kesselring - Coordenador de Educação Ambiental
- Mara Cristina Moscoso – Coordenadora de Gestão e Proteção Ambiental

2. Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, município de Chapada Gaúcha/MG

- Prefeito Municipal – José Raimundo Ribeiro Gomes
- Secretária Municipal de Educação e Cultura – Dalva Pereira Fonseca
- Vicente Gonçalves de Almeida – Presidente da Câmara Municipal
- Joaquim “Paraná” - Proprietário da RPPN Veredas do Pacari, Arinos, MG
- José Correia Quintal – Presidente da Cooperativa Regional Agro-extrativista Sertão Veredas
- Ernani Farias – Coordenador adjunto do Parque Nacional Grande Sertão Veredas pela FUNATURA.

3. Entorno do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO, municípios de Alto Paraíso, Cavalcante e Colinas do Sul.

- Pedro Bignelli – Chefe do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros
- Alan Kardec Xavier de Matos – Presidente da AGENDAS – Associação de Guias em Ecoturismo no Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Colinas do Sul.
- Osvaldo Ferreira (Togim) e Vandalice Poeck Ferreira – Proprietários da RPPN Cachoeira das Pedras Bonitas, Colinas do Sul, GO.
- Richard Avólio e Carla Avólio – Proprietários da RPPN Vale das Araras, Cavalcante, GO.
- Itamar Costa Magalhães e Onesina Costa Magalhães – Proprietários da RPPN Soluar, Cavalcante/GO.
- Cid Queiroz – Proprietário da RPPN Parque da Capetinga, São João da Aliança, GO.
- Horley Teixeira – Fazenda Renascer, Cavalcante/GO (por email) e Presidente do COMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente.

4. Agência Brasileira de Cooperação/MRE
 - Carolina Fonseca -ABC

5. PNUD
 - Rose Diegues - PNUD
 - Helen Negret – PNUD/GEF
 - Carlos Castro – PNUD

ANEXO 2

Lista dos documentos analisados no processo de avaliação final do Projeto Establishment of Private Natural Heritage Reserves (RPPNS) in the Brazilian *Cerrado* - Final Evaluation - BRA/00/G35

1. Annual Project Report (APR/PIR) for UNDP/GEF Projects
 - 03 September 2001
 - 15 July 2003
 - July 2004
 - July 2005
 - July 2006
2. Relatórios de Atividades/Progresso da FUNATURA
 - 17 de Outubro de 2001
 - 26 de março de 2002
 - Relatório das Avaliações feitas durante o Projeto.
3. Solicitação de Revisão Substantiva.
4. Relatório sobre o evento Encontro dos Povos da Chapada GSV e CV
 - Maio de 2002
5. Relatório do III Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros: 21 a 23 de maio de 2004.
6. Relatório do IV Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros: 06 a 08 de maio de 2005.
7. Relatórios sobre Encontros: Estratégias de Mobilização.
8. Relatório da Avaliação sobre o perfil dos participantes do Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros realizada em São João D' Aliança. FUNATURA, 2004.
9. Avaliação do Perfil dos Participantes de Eventos Promovidos em Municípios de GO. FUNATURA, 2004.
10. Avaliação do Perfil dos Participantes do Festival de Inverno realizado em Alto Paraíso. FUNATURA, 2004.
11. Avaliação Cultural do IV Encontro dos Povos da Chapada dos Veadeiros, Socius Consultoria Júnior em Ciências Sociais, Brasília, DF.
12. Relatório de reunião tripartite
 - TPR N° 4/02

- TRP Nº 01/03
13. Relatório Contábil de Auditoria – Controladoria – Geral de Controle Interno
 - 13 de fevereiro de 2003
 - 15 de março de 2004
 - 12 de janeiro de 2005
 - 31 de janeiro de 2006
 14. Planos de Manejo RPPN Arara Vermelha e RPPN Veredas do Pacari, Arinos, MG.
 15. Planos de Manejo das RPPNs:
 - 1º. Soluar, Cavalcante, GO.
 - 2º. Vale das Araras, Cavalcante, GO.
 - 3º. Cachoeira das Pedras Bonitas, Colinas do Sul, GO.
 - 4º. Parque da Capetinga, São João da Aliança, GO (não aprovado ainda pelo IBAMA).
 16. Relatório sobre o Roteiro em Comunidades do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas / MG. Implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. FUNATURA, 2005.
 17. Relatórios sobre as Avaliações Ecológicas Rápidas das RPPNs (02 GSV e 06 CV). FUNATURA.
 18. Parecer técnico e relatório de viagem de campo ao Projeto BRA/00/G35 – estabelecimento de reservas particulares do patrimônio natural no Cerrado brasileiro. Consultores: Luiz Carlos Pinagé de Lima e Carlos Alberto Bernardo Mesquita.
 19. Análise preliminar da qualidade de água em RPPN's do Norte/Nordeste Goiano, Taimbé, Consultoria Geo-Ambiental e da Qualidade, Goiânia, 2004. (relatório à FUNATURA).
 20. PRODOC FUNATURA.

ANEXO 3

LEI Nº 937/2004, DE 07 DE JULHO DE 2004

“Dispõe sobre a criação de Unidade de Conservação Municipal de Uso Sustentável denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural do Município de Cavalcante – RPPNMC, e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAVALCANTE **aprova e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições constitucionais e legais, SANCIONO a seguinte Lei:**

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Município de Cavalcante, Goiás, a Unidade de Conservação Municipal de Uso Sustentável denominada **Reserva Particular do Patrimônio Natural do Município de Cavalcante – RPPNMC**, com base no Art. 166, § 1º, III da Lei Orgânica de Cavalcante e do Art. 4º, V, da Lei Municipal nº 863/2001; Artigos 23º, III, VI e VII; 30º, I, II, e VIII, e 225º, § 1º, I e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; Artigos 2º; 4º; 6º, VI, § 2º; 9º, VI; 13, III, § único, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; e Artigos 2º, I, XI e XIX; 3º; 4º; 5º, III, IV, V, VIII, IX e XIII; 21; 26; 27 e 28 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 2º - A **RPPNMC** é uma área de proteção ambiental de uso sustentável, constituída por terras particulares gravadas com perpetuidade, por iniciativa de seus proprietários. São objetivos da **RPPNMC**:

- I – Contribuir para a conservação da diversidade biológica;
- II – Garantir a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;
- III – Assegurar a participação da comunidade local na criação, implantação e gestão de unidades de conservação;
- IV – Incentivar, no âmbito do Município, iniciativas de preservação com características sócio-ambientais integradas ao desenvolvimento sustentável;

V – Consolidar a Política Ambiental para a Chapada dos Veadeiros denominada Mosaico Veadeiros, não excludente da presença humana, com áreas núcleo facilitadoras da criação de corredores ecológicos para outras áreas de preservação;

VI – Valorizar as iniciativas de proprietários interessados na preservação da Chapada dos Veadeiros.

Art. 3º - Será permitida na **RPPNMC** apenas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Art. 4º - O pedido de criação de **RPPNMC** apenas será feito pelo interessado diretamente ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMMA e será acompanhado do compromisso escrito de realizar a averbação do gravame perpétuo à margem da inscrição da propriedade no registro público de imóveis no prazo de 1 (um) ano e de elaboração do plano de manejo da unidade no prazo de 5 (cinco) anos.

§ 1º - O COMMA, após verificar a documentação da propriedade e a existência de interesse público, solicitará ao Poder Público Municipal a titulação da RPPNMC.

§ 2º - Emitida a titulação, o COMMA autorizará a averbação da RPPNMC à margem da respectiva inscrição no registro público de imóveis.

§ 3º - Os prazos para a realização do gravame e do plano de manejo da RPPNMC serão contados a partir da data do decreto de criação da unidade de conservação.

§ 4º - A responsabilidade pelo cumprimento dos prazos definidos neste Artigo para a realização do gravame no registro público de imóveis e do plano de manejo estende-se a quaisquer sucessores que detenham o domínio da RPPNMC.

§ 5º - Esgotados quaisquer dos prazos definidos para a realização do gravame no registro público de imóveis (um ano) ou do plano de manejo da unidade (cinco anos), o Poder Público Municipal poderá aplicar multas crescentes ao proprietário da RPPNMC.

§ 6º - Além das multas previstas no parágrafo anterior, o Poder Público Municipal poderá emitir decreto anulando a titulação da RPPNMC caso o proprietário não tenha realizado o gravame da reserva no registro público de imóveis.

Art. 5º - A **RPPNMC** poderá receber também a titulação de RPPN a nível estadual ou federal, desde que o interessado solicite e atenda às exigências específicas dos órgãos responsáveis pela titulação.

Art. 6º - A **RPPNMC** será gerida por seu(s) proprietário(s) e sua administração será acompanhada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 7º - A **RPPNMC** poderá receber apoio técnico e financeiro de universidades, organizações não governamentais, IBAMA e outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais.

Art. 8º - Quando se constituírem 5 (cinco) ou mais **RPPNMC**, será criado o Conselho de Proprietários de RPPNMC, que terá um representante no Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do **Prefeito Municipal**, aos 07 dias do mês de julho de 2004.

EDUARDO COIMBRA PASSOS
Prefeito Municipal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERMAN, C. L.. The economics and the role of privately-owned lands used for nature tourism, education and conservation. In. Munasinghe, M; McNeely, J. eds. Protected areas, economic and policy: linking conservation and sustainable development. World Bank / IUCN, 1994. p.273-317.

ALHO, C. Desafios para a conservação do Cerrado face às atuais tendências de uso e ocupação. In. Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação. Scariot, A.; Sousa-Silva, J.C. & Felfili, J.M. (orgs.). Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF. 2005. 439p.

CI. CONSERVATION INTERNATIONAL. Biodiversity Hotspots. Hotspots: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Nature 403, 24 February.

FUNFAÇÃO BIODIVERSITAS. Biodiversidade em Minas Gerais – um Atlas para a sua conservação. Governo do Estado de Mians Gerais, Belo horizonte, MG. 1998.

LEES, A. Innovative partners: the value of nongovernment organizations in establishing and managing protected areas. In McNeely, J A ed. Expanding partnerships in conservation. USA, IUCN, 1995. p.188-196.

LANGHOLZ, J. *Economics, objectives and success of private nature reserves in Sub-Saharan Africa and Latin America*. Conservation Biology 10(1):271-280.1996.

LANGHOLZ, J.F. Conservation cowboys: privately-owned parks and the protection of biodiversity in Costa Rica. PhD. Dissertation. Cornell Univerisity. 1999. 269p.

LIMA, L.C.P. & MESQUITA, C.A.B. Parecer Técnico e relatório de viagem de campo ao Projeto BRA/00/G35 – Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado Brasileiro. Relatório não publicado, FUNATURA, 2003. 28 p.

MACHADO, R.B., M.B. RAMOS NETO, P.G.P. PEREIRA, E.F. CALDAS, D.A. GONÇALVES, N.S. SANTOS, K. TABOR e M. STEININGER. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, Brasília, DF. 2004.

MESQUITA, C A B. *Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina*. Tesis Mag. Sc. CATIE. Turrialba, Costa Rica, 1999. 80p.

MESQUITA, C.A.B.; CARVALHO, H.F.B.; VIEIRA, M.C.W.; COSTA, C.M.R.; CASTRO, C.R.; PAULO, D.M. & MARTINEZ, A. Capítulo 8: O associativismo como estratégia de mobilização dos proprietários de RPPN. In: RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica. C.A. Mesquita & M.C.W. Vieira (orgs.). Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2004, 66-75.

MMA – Ministério do Meio ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. (1998). *Primeiro Relatório Nacional para a Conservação sobre Diversidade Biológica – Brasil*. Brasília, MMA. 293 p.

MMA – Ministério do Meio Ambiente, FUNATURA, Conservation International, Fundação biodiversitas, Universidade de Brasília. Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e pantanal. Brasília, DF. 1999.

SOARES, M.C.C.; BENSUSAN, N. & FERREIRA NETO, P.S. Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de Proteção Integral. Maria Clara Couto (coord.), Nurit Bensusan e Paulo Sérgio Ferreira Neto. Rio de Janeiro: Fundo Nacional para a Biodiversidade - FUNBIO, 2002. 112 p

VIEIRA, M.C.W. Capítulo 5: A contribuição das RPPN à pesquisa científica e à conservação da biodiversidade. In: RPPN – Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica. C.A. Mesquita & M.C.W. Vieira (orgs.). Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2004, 41-49.